

**“Ele bebera da fonte da história”:
os usos do passado em *As Minas de Prata* (1862-1865) de José de Alencar**

Renata Dal Sasso Freitas¹

RESUMO: A presente comunicação tem por objetivo oferecer uma breve reflexão a respeito dos diferentes usos que o romancista cearense José de Alencar fez de registros do passado, principalmente da cidade de Salvador, no romance *As Minas de Prata* (1862-1865). Também serão exploradas as diferentes formas narrativas referidas ou empreendidas na escritura dessa representação do passado elaborada pelo escritor.

Palavras chave: romance histórico, historiografia oitocentista, José de Alencar.

ABSTRACT: The present communication has the purpose of offering a brief reflection on the different manners in which the Brazilian novelist José de Alencar employed of records of the past, mainly of the city of Salvador in the novel *As Minas de Prata* (1862-1865). The different forms of narratives the author resorted to in this representation of the past will also be explored.

Key-words: historical novel, 19th century historiography, José de Alencar.

Em 1862, José Martiniano de Alencar começou a publicar um novo romance, dessa vez não em forma de folhetim como suas primeiras obras, mas em um suplemento por assinatura do *Diário do Rio de Janeiro*, chamado *Bibliotheca Brasileira*, organizado por Quintino Bocaiúva. O suplemento tinha como objetivo divulgar autores nacionais em diferentes áreas do conhecimento humano, contando em sua lista de publicações volumes a respeito de economia, geopolítica, além de traduções de romances e de poemas de autores estrangeiros, como por exemplo, Lord Byron. O primeiro volume da obra de Alencar é acompanhado de um pequeno texto de Bocaiúva, em que o jornalista discorre a respeito das dificuldades que a coleção vinha enfrentando por falta de assinantes, e que a “*continuação de O Guarani*”, que tratava de temas atraentes da história brasileira, pudesse servir como incentivo para que mais leitores se interessassem pela coleção².

Pela *Bibliotheca*, Alencar publicou duas partes do romance, que foram mais tarde unificadas, quando em 1865, a Garnier lançou os três volumes constituintes da edição final da

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

² Essa nota encontra-se ao final do volume VI da *Bibliotheca Brasileira*, onde constam os primeiros capítulos de *As Minas de Prata*. Contudo, as páginas não estão numeradas.

obra. Além de fazer correções no texto, o escritor cearense retirou as notas explicativas que constavam nos exemplares da *Bibliotheca*. O uso de notas nos romances de Alencar é notório, principalmente em seus romances denominados pela crítica como “indianistas”. Através delas sabemos que no caso de *O Guarani*, as informações a respeito do interior do Rio de Janeiro em 1604, de algumas personagens do romance e dos costumes indígenas tanto de seu protagonista, como de seus algozes, foram cuidadosamente recolhidas de obras como *Anais do Rio de Janeiro*, de Balthazar da Silva Lisboa, do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587 – Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolpho de Varnhagen*, creditado a Gabriel Soares de Sousa e da própria *História Geral do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro.

Em *As Minas de Prata*, constam nas notas retiradas do primeiro volume publicado as duas últimas obras acima citadas, a *História da América Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pitta e a *Narrativa Epistolar*, do jesuíta Fernão Cardim – que chega a figurar entre as personagens do romance. As referências a textos de época no romance de Alencar não desaparecem completamente com a retirada das notas, contudo: Soares de Sousa é citado no corpo do texto diversas vezes nos primeiros capítulos. Vale dizer, no entanto, que não é a permanência da referência extra-texto o foco deste trabalho, mas sim as ausências. Pois mesmo que gerações de leitores não tenham tido acesso às “fontes” de Alencar nas edições seguintes do romance completo, essas primeiras notas nos dão pistas importantes a respeito de como Alencar se valeu dos textos que serviam de base à incipiente historiografia brasileira do século XIX para tramar sua própria versão da vida na Bahia do início do século XVII³.

As Minas de Prata é um romance rico em termos de enredo, com muitas tramas paralelas e personagens e, inclusive, recuos no tempo e alguns capítulos ambientados na Espanha. Alencar faz uso de diversos recursos narrativos ao longo da obra, não apenas restringindo-se ao padrão modelar do romance histórico de Scott, por exemplo. Segundo Marta Marczyk, o romancista buscou articular uma série de formas narrativas do período tratado – o início do século XVII – para fins de maior verossimilhança. Tratando-os como “modelos das Letras Coloniais”, Marczyk elencou o uso da emblemática, do latinismo, do sermão sacro, do gênero picaresco, do herói prudente, da enumeração e tipologias bíblicas e da composição numérica ao longo do romance para o desenvolvimento da narrativa

³ Vale deixar claro que analiso o romance de Alencar em questão como uma *representação do passado*, de acordo com os pressupostos delineados pelo historiador britânico Stephen Bann, tornando-o, portanto, passível de ser analisado historiograficamente (BANN, 1984: 3-4).

(MARCZYK, 2006: 20-21). No que diz respeito aos textos citados (e não citados) por Alencar ao longo do romance, também existem outros trabalhos como o do historiador Pedro Calmon, em que explora a questão do “roteiro” das minas, cerne do romance e também fundamental na trama de *O Guarani* e a publicação de uma suposta cópia do mesmo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, em 1839. Parte deste estudo foi publicado na edição de 1953 de *As Minas de Prata*, pela Livraria José Olympio (ALENCAR, 1953: 20-21)⁴. Os usos das obras de Gabriel Soares e de Varnhagen por Alencar são explorados no primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, que analisa o estabelecimento da originalidade do território brasileiro e a conferência de “cor local” à narrativa – conceito caro tanto à historiografia, quanto ao romance do século XIX –, em comparação com o romance *The Pioneers* (1823), do norte-americano James Fenimore Cooper (FREITAS, 2008: 36-65).

Logo, nesta comunicação, tratarei do uso de Alencar da historiografia oitocentista e suas fontes para o desencadeamento de uma série de conflitos na trama de seu romance, mais especificamente aqueles entre a Companhia de Jesus e a elite de proprietários de terra, produtora de açúcar, nas quais acabam se inserindo as personagens principais.

Apresentado como a continuação de *O Guarani*, e ambientado cinco anos após as ações deste, *As Minas de Prata* tem como elo com o romance anterior o roteiro indicando a localização de jazidas de prata no sertão da colônia portuguesa. Mas se no primeiro romance de Alencar, o documento simplesmente aparece na posse do ex-frade italiano Loredano, as origens do mesmo são explicadas agora de forma detalhada, sendo o protagonista da narrativa o legítimo dono do manuscrito, o jovem Estácio Correia. Assim como os Mariz de *O Guarani*, Estácio é também uma vítima, por assim dizer, da União Ibérica. Seu pai é Robério Dias, citado na *História da América Portuguesa* de Rocha Pitta como descobridor das minas em questão:

“Foy fama muy recebida, que Roberio Dias, hum dos moradores principaes, e dos mais poderosos da Bahia, descendente de Catharina Alvres, tinha uma baixela, e todo o serviço de sua Capella de finíssima prata, tirada em minas, que achara nas suas terras; esta opinião se verificou depois com a resolução de Robério Dias, porque sabendo ser já publica esta noticia, que muito tempo occultara, passou a Madrid, e offereceo a ElRey mais prata no Brasil, do que Bilbao dava ferro em Biscaya, se lhe concedesse à merce do título de Marquez das Minas.” (PITTA, 1950: 129-130)

⁴ Calmon publicou um livro a respeito, intitulado *O Segredo das Minas de Prata*, em 1950, em que analisa a questão do roteiro das minas.

O insucesso de Dias é explicado no sexto capítulo romance: o roteiro lhe fora roubado durante o trajeto de volta para o Brasil. Como consequência disso, o poder de exploração das minas lhe é cada vez mais diminuído, ficando somente com o cargo de administrador durante um período. Por dezoito meses, Robério ficara em Salvador, para depois deixar a esposa grávida e nunca mais retornar: fora tomado por uma febre, que acabou matando-o. Mesmo sem ter provas do embuste, o governador responsabilizado pela exploração das minas, D. Francisco de Sousa, fora incólume, confiscando os bens da família e deixando a viúva de Dias e seu filho na pobreza. O desejo de D. Diogo de Mariz, único personagem a sobreviver à narrativa anterior, de entregar o roteiro ao herdeiro de Robério Dias é a solução para a situação de Estácio na sociedade de Salvador, que mesmo na penúria, ainda circula entre a elite por conta de sua amizade com Cristóvão Garcia de Ávila, jovem de importante família local, e o fato de estar sob a tutela do advogado Vaz Caminha, proeminente figura na cidade. A fortuna adquirida com a exploração das minas também serviria para possibilitar seu casamento com Inês de Aguilar, filha de um senhor de engenho espanhol⁵.

Contudo, o roteiro termina por figurar no conflito entre o Estado e a Companhia de Jesus, colocando-se aí um obstáculo entre o protagonista e o desfecho positivo da narrativa. Esse embate é personificado no Padre Gusmão de Molina, mas ele é fundamental para o “fundo de verdade” da narrativa de Alencar em termos mais amplos. Sua importância reside, principalmente, no fato de a ação do romance iniciar-se com os festejos de Ano Novo e de recepção ao novo governador-geral, D. Diogo de Menezes, que viera assumir o Estado do Brasil após a nova divisão do reino em dois:

Aquele dia estava marcado para os festejos que a Bahia desejava solenizar a chegada do novo governador-geral do Estado do Brasil, D. Diogo de Menezes e Siqueira, que depois de haver permanecido um ano na Capitania de Pernambuco para dispor sobre coisas da administração, aportara finalmente à capital no dia 17 de dezembro de 1608.

Não havia exemplo de semelhantes demonstrações em uma cidade onde os governadores e capitães-gerais, revestidos de poderes absolutos, eram recebidos com alegria. Mas D. Diogo de Menezes, depois conde da Ericeira, e um dos abalizados varões que governaram o Estado do Brasil, merecia pelo seu nobre caráter e espírito superior uma demonstração especial da parte dos baianos.

Contudo, essa única circunstância não bastara para excitar na classe rica o desejo de receber o novo governador com festas públicas, se o interesse, primeira lei das ações humanas, não inspirasse o mesmo pensamento como um hábil expediente de política colonial.

⁵ Cristóvão Garcia de Ávila e Francisco de Aguilar, pai de Inês, figuram nas notas retiradas da primeira edição do primeiro volume do romance. A referência do primeiro é atribuída a Varnhagen. Já o segundo consta em uma nota a respeito de sua propriedade, o Engenho do Paripe, descrito por Gabriel Soares. (ALENCAR, 1862: s. n.)

Durante o tempo que se demorar em Pernambuco, D. Diogo de Menezes tinha revelado sua força de vontade, e mostrara o firme propósito de repelir a intervenção que o bispo D. Constantino Barradas e a Companhia de Jesus exerciam anteriormente sobre o governo temporal. A luta se travara com uma questão de etiqueta e precedência, a que dera lugar a procissão do Corpo de Deus celebrada em Olinda.

Justamente nessa época os senhores de engenho, que formavam a classe nobre e rica da Bahia, sustentavam contra os jesuítas a grande questão da servidão dos índios, e compreendiam a vantagem de ter de seu lado um homem como D. Diogo de Menezes, cujo voto autorizado devia pesar nas decisões do Conselho da Índia e no ânimo de El-rei D. Filipe III. (ALENCAR, 1953: 30)

Na edição de 1862 do romance, Alencar adicionou notas explicativas sobre D. Diogo de Menezes e D. Constantino Barradas, além de uma específica sobre a servidão dos índios. Naquela tratando do bispo, não são dados biográficos que o romancista oferece, mas sim mais uma referência extra textual, referindo-se a *História Geral do Brasil* de Varnhagen:

D. Constantino Barradas. Entre o governador D. Diogo de Menezes e o bispo D. Constantino Barradas houve no ano de 1608 em Pernambuco, por ocasião da procissão do Corpo de Deus, uma questão de etiqueta e precedência, que, diz Varnhagen em História do Brasil, foi um verdadeiro romance. (ALENCAR, 1862: s.n.)

Em sua *História Geral do Brasil*, o Visconde de Porto Seguro relata a natureza do conflito entre Menezes e Barradas e seu descontentamento com a ingerência destes no governo, para depois salientar a posição que o governador mantinha a respeito do meio de governar os autóctones.

Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam população, as terras braços próprios á cultura, e o gentio não adquiria os hábitos de civilização, polícia e pudor, que só as grandes povoações proporcionavam. Apelas chegado, insistia na necessidade de serem os índios declarados livres, dando-se-lhes um regulamento pelo qual pudessem ficar nas aldeias sujeitas mais directamente ao governo do Estado, pondo-lhes um capitão, um meirinho e um sacerdote, para os ir assim habituando ao trato e gozos dos colonos, pois quanto á religião eles nada sabiam, e ‘apenas tomavam de cor o que se lhes ensinava’. (VARNHAGEN, 1959: 112-113)

A atuação da Companhia de Jesus na Bahia do século XVII, portanto, oferece amplos recursos narrativos à Alencar para conferir as “marcas de verdade” de seu retrato daquela porção da vida no Brasil colonial, pois fornecem outros artifícios que não somente referências a relatos de época. Já foi mencionada a presença de Fernão Cardim como uma das personagens secundárias da narrativa. Embora Alencar recorresse a personagens que normalmente constassem nas fontes que citava em seus romances, como é o caso dos Mariz

de *O Guarani* e de outros de *As Minas de Prata* já mencionados, a *Narrativa Epistolar* de Cardim é umas das referências de Alencar para descrever Salvador no período. No entanto, as personagens “verídicas” que compõem a reunião do capítulo dos jesuítas no romance não se limitam a Cardim:

Os religioso que esperavam à porta do cartório eram o P. Nunes, reitor; o P. Inácio do Lourical, que vimos conversar à janela do convento, enquanto duraram as festas, com o jesuíta chegado naquela manhã; o P. Luís Figueira, autor da gramática da língua tupi, o qual em 1607 tinha escapado ao martírio entre os selvagens da serra da Ibiapaba, na capitania do Ceará; o P. Domingos Rodrigues, ardente missionário, que havia seis anos reduzira os ferozes Aimorés da capitania; e o P. Manuel Soares, cronista e autor de importantes manuscritos, que infelizmente não chegaram aos pósteros para bem de sua fama.

Havia alguns instantes que os jesuítas esperavam sem trocar uma palavra, quando ouviu-se o roçar de sandálias, e ao frouxo clarão de uma lanterna surda apareceu o provincial Fernão Cardim acompanhado pelo P. Gusmão de Molina. (ALENCAR, 1953: 203)

O mencionado Padre Manuel Soares tem em seus manuscritos outro artifício utilizado por Alencar para conferir fundo de verdade á questão das minas, já que ele oferece um tratado seu para Molina, no qual constam as referências ao roteiro, quando a presença do jesuíta espanhol na Bahia revela-se com o fim procurar recursos financeiros para a Companhia de Jesus. A respeito da *Memória circunstanciada que a respeito das formosas minas de prata de jacobina escreveu o padre Manuel Soares, da Companhia e Jesus, Religioso Professo, e Cronista da Província do Brasil, Seguida de notas críticas e explicativas para a maior inteligência do texto*, o narrador afirma, comparando a situação do Padre Soares ao do romancista no século XIX:

A imparcialidade do historiador nos põe o dever de protestar contra a injusta prevenção do respeitável capítulo sôbre a prosa do Reverendo Manuel Soares.

O ilustre cronista da Província do Brasil, como Cervantes, já havia pressentido no século XVII a invenção da escola romântica, à qual deve a literatura moderna tantos primores e maiores extravagâncias literárias. A sua narrativa tinha a forma dramática do poema antigo e a simplicidade do conto da média idade. O estilo chão e fluente desmerecia talvez pela falta do nervo e consição da frase, mas compensava êste senão com a naturalidade e singeleza da expressão.

É pena que êsse livro precioso se tenha perdido, pois sem contar a descoberta importante de que tratava, daria à história que ora escrevemos um testemunho irrecusável de sua veracidade. (ALENCAR, 1953: 128)

Em outro momento a que recorre ao passado dos jesuítas na região para conferir verossimilhança a sua narrativa, o narrador usa a figura do Padre Inácio do Lourical como contraponto ao Padre Molina, algoz do protagonista do romance.

Era o P. Inácio de Lourical, um simples professo, de todo alheio aos negócios secretos, a que nenhuma importância ligava; e por isso o menos qualificado do

grau. Mas bastava olhar aquêlo meigo semblante de velho, coroado de nívea auréola de cãs, para ver ali estampado o evangelho da bondade. Quando passavam os outros professos, cujo voto pesava nos negócios da Companhia, a gente melhor desbarretava-se; para o P. Inácio ninguém se arredava, pois quase não o percebiam; mas o povo, que via esgueirar-se furtivamente o modesto frade encolhido na roupeta, murmurava baixinho: Santo homem!... (ALENCAR, 1953: 94)

Sendo assim, Alencar não só lança mão de um conflito entre o Estado e a Companhia de Jesus abordado pela historiografia de seu tempo, mas também utiliza múltiplos personagens dentro desta para demonstrar as marcas de verdade de sua história. Procuramos demonstrar aqui, portanto, que se pode inferir a respeito de como o escritor cearense elaborou uma representação do passado colonial brasileiro através não somente de fontes legitimadas pelos letrados da época – especialmente o Instituto Histórico e Geográfico, do qual não fazia parte –, mas também a partir de outros recursos narrativos que merecem um estudo mais amplo.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. **As Minas de Prata: continuação do Guarany**. 1 Vol. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862.

ALENCAR, José de. **As Minas de Prata**. Vol. 1. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953.

BANN, Stephen. **The Clothing of Clio: A study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FREITAS, Renata Dal Sasso. **Páginas do Novo Mundo: um estudo comparativo entre a ficção de José de Alencar e James Fenimore Cooper na formação dos Estados nacionais brasileiro e norte-americano no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MARCZYK, Marta Bernadete Frolini de Aguiar. **Representações cristãs do povo judeu em As Minas de Prata, de José de Alencar**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Cultura e Literatura Judaicas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Antes da sua separação e independência de Portugal. Tomo Segundo. 6ª Ed. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1959.